

DOM JOSÉ GOMES E OS CONFLITOS SOCIAIS NO OESTE
CATARINENSE

Tiago Arcego da Silva*

* Discente do Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado, pela Universidade de Passo Fundo UPF, sob a orientação do Professor Doutor João Carlos Tedesco. Financiamento 100% FUPF.

Introdução

A Diocese de Chapecó foi criada no ano de 1958 e instalada em 25 de abril de 1959 e atualmente abrange 80 municípios. Em menos de 10 anos passaram pela Diocese dois bispos, Dom José Thurler e Dom Wilson Laus Schimidt. Em 1968 - mesmo ano da Conferência Episcopal Latino Americana de Medellín, cujo influência da Teologia da Libertação – TdL, direcionou os debates e as deliberações - foi transferido para a Diocese de Chapecó, o então bispo de Bagé, Dom José Gomes, que permanecerá trabalhando nessa localidade até o fim da sua vida, em 2002.

Com a vinda de Dom José para Diocese de Chapecó e todo o processo formativo que passou a Igreja, há uma grande investida na presença e participação dos leigos na vivência eclesial. Em termos de organicidade, as lideranças, padres, religiosos e agentes de pastoral, juntamente com o novo bispo, avançam na opção pelos círculos bíblicos, as Comunidades Eclesiais de Base, os Grupos de Reflexão, as Pastorais Sociais, e pela democratização das tomadas de decisão incorporando o papel fundamental dos leigos, os ministérios ordenados, e pelos espaços de formação de fé e política, que serão grandes marcas da Igreja diocesana, principalmente nas décadas de 1970-1980.

Contudo, este se torna um período onde se percebem grandes enfrentamentos e tensões relacionados às posturas e ações da instituição na região e em especial pelas posturas e pronunciamentos do bispo diocesano. A Igreja começa a formar seus próprios intelectuais em defesa dos seus direitos em diferentes seguimentos.

No campo da defesa dos direitos dos indígenas cabe ressaltar aqui o surgimento e consolidação do Conselho Indigenista Missionário - CIMI e sua atuação na diocese. É a partir da atuação do CIMI que vamos dar sequência a este estudo nos atendo aos casos e conflitos que envolvem a entidade e o bispo diocesano, referentes ao Toldo Xaçepó e ao Toldo Chimbanguê.

O CIMI foi criado em 1972 e nesse período do início da década de 1970, embora houvessem todas as discussões do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín a partir da ótica dos movimentos de cunho mais progressista e da formulação da Teologia da Libertação, não eram muitas as dioceses do Brasil dispostas a acolher a luta em defesa dos indígenas. Tal fato fez com que ocorresse uma visita em dioceses e áreas

indígenas do sul do país por parte do então secretário executivo da entidade, o jesuíta Egydio Schwade, em preparação a Assembleia Geral que iria ocorrer no ano de 1975.

[...] Na diocese de Chapecó, a nova proposta de pastoral indigenista encontrou solo fértil. Além de Dom José, dois seminaristas [...] Egon Dionísio Heck e Lothário Thiel decidiram incorporar-se ao grupo de seminaristas integrados ao CIMI para iniciar o trabalho de levantamento da realidade indígena no sul do Brasil (CAPUCCI, 2002, p. 267).

Com essa primeira tentativa de organização do CIMI na Diocese de Chapecó, instalado primeiramente em Xanxerê, local da única área demarcada na região até o momento, a Terra Indígena Xaçepó, inicia-se também uma ampla pesquisa sobre a realidade indígena. Egon Heck, Lothario Thiel e Wilmar D'Angelis, os três agentes de articulação do CIMI tomam a frente do processo de pesquisa, que queria ser “um instrumento de apoio à luta indígena”. O resultado final é um amplo relato, com inúmeras páginas da história dos povos indígenas da região, a partir da invasão de suas terras e a resistência indígena. Com este estudo o CIMI se consolida como o principal órgão de defesa indígena e passa para um campo de atuação mais forte.

O Caso do Toldo Xaçepó

O Código Civil de 1916, ainda vigente na década de 1970, entendia os indígenas como “incapazes”, deixava-os sob a tutela da FUNAI e no período da ditadura civil-militar no Brasil, os povos indígenas tinham a obrigação de aceitar as políticas impostas pelo órgão estatal. E é justamente a FUNAI um dos pioneiros a se rebelar contra o CIMI e as posturas de Dom José, na questão da Terra Indígena Xaçepó. Tal localidade que abrange, hoje, parte dos municípios de Entre Rios e Ipuacu, foi demarcada ainda 1902, quando esse território ainda pertencia ao Paraná e passou por diversos modelos de exploração. Em um importante e sucinto trabalho de Aneliese Nacke e Neusa Maria Sens Bloemer, denominado “As áreas indígenas Kaingang no oeste catarinense”, encontramos elementos importantes para a contextualização desta Terra Indígena, que seguiu o modelo implantado pelo Serviço de Proteção aos Índios - SPI, o qual previa a presença de “Sede Administrativa”. Para as autoras esse modelo

facilitava para este órgão de assistência o controle da população, bem como o seu atendimento, considerando-se as difíceis condições de acesso ao interior da TI (Terra Indígena) naqueles tempos. Além

disso, o deslocamento das famílias indígenas para os núcleos em formação liberava as suas terras para arrendamento aos agricultores (NACKE; BLOEMER, 2007, p. 44).

Somado ao fato da implantação do modelo de Sede, “em 1960, o SPI instalou nesta TI uma serraria para exploração e beneficiamento das madeiras nobres ali existentes, como pinheiro, o cedro e em especial a imbuia” (NACKE; BLOEMER, 2007, p. 48). A exploração, que chegava a “3 mil dúzias de tábuas por mês” (idem), somada à falta de assistência e o arrendamento das terras, fez com que os índios, praticamente sem-terra, se revoltassem contra esse sistema e exigissem sua retomada, além da interrupção nas atividades da serraria.

A partir de 1976, os indígenas passam então a reivindicar os seus direitos baseados no Estatuto do Índio, que proibia a prática dos arrendamentos. Diante das reivindicações, iniciam-se os conflitos nos quais os indígenas já contam com o apoio e presença fundamental do CIMI e de Dom José. O trabalho da entidade e do bispo se dava no sentido de conscientização dos indígenas pelo direito à terra, mas, também de defesa do justo reassentamento das 158 famílias de posseiros que estavam na localidade. A tese final defendida passa a ser a reforma agrária, a qual deveria ser de luta comum de indígenas e agricultores.

Diante do grande número de agentes e interesses envolvidos, a atuação do CIMI e da Igreja diocesana ao mesmo tempo em que se torna fundamental para os indígenas, também encontra grandes dificuldades, no intuito de intermediar a situação. Em um debate com os chamados “intrusos”, como eram chamados os agricultores que estavam na terra indígena, Dom José faz a seguinte declaração:

Estão dizendo que nós somos contra vocês. E até andam dizendo por aí que queriam surrar o bispo e o Pe. Egon. Nós não somos contra vocês, pelo contrário, somos os primeiros a lutar para que vocês tenham terra, tenham onde trabalhar, sustentar vossa família. Só não podemos concordar com que vocês fiquem aqui na terra dos índios. Por que eles têm mais necessidade de ajuda para que seus direitos sejam respeitados. Essa terra é deles por lei e por direito. E nós como igreja temos que lutar para garantir essa terra pra eles, como único jeito de garantir a sobrevivência deles. (HECK, 1976).

Para uma tentativa de apaziguamento da situação surge a proposta de organização de um movimento dos sem-terra, para também consolidar a luta pela

garantia de direitos também agricultores que estavam na Terra Indígena e o seu justo reassentamento. Em 1978, Dom José acompanha um grupo de agricultores até a cidade de Campo Erê-SC, para visitar um território que havia sido apontado pelo INCRA como uma possível área de reassentamento para as famílias agricultoras, porém, mesmo com a sinalização positiva por parte dos agricultores não houve andamento no processo.

O CIMI denuncia a inoperância do INCRA e da FUNAI em encaminhar o processo de reassentamento, mas também aponta para um processo de não aceitação da situação por parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que passa pedir que os agricultores exijam indenização das terras. O caso ganha repercussão e a imprensa passa a noticiá-lo quase que diariamente de acordo com os novos acontecimentos e posturas de ambas as partes.

Em 1978, diante da decisão da Funai em estabelecer um prazo para a saída dos posseiros das terras indígenas, o clima de tensão se agrava e as acusações contra o bispo e os agentes do CIMI também aumentam. Na edição do jornal “O Oestão”, de 21 de junho, é publicada matéria intitulada: “E agora?”. O texto comenta uma “Comunicação Pastoral”, elaborada no dia 17 do mesmo mês, pela Equipe de Pastoral de Xanxerê. A comunicação revela as acusações que eram proferidas ao bispo e aos padres:

[...] Depois que os índios de Nonoai se cansaram de esperar o cumprimento das promessas, e se uniram pra despejar à força os colonos da área indígena, a Funai começou a fixar um prazo para a saída dos colonos das áreas de Cacique Doble e Guarita (RS) e do Posto Indígena Xapecó (no interior de Xanxerê, Xaxim e Abelardo Luz). Mas ao serem notificados de que deveriam deixar a área até 30 de junho próximo, os colonos da área indígena do Posto Xapecó receberam como explicação que “a Funai está promovendo a retirada dos colonos da área indígena por causa dos padres e do Bispo”. Fixando o prazo para a retirada, “a Funai procurou recuperar a sua imagem diante dos índios e da opinião pública, e para evitar que as acusações recaíssem sobre os verdadeiros responsáveis pela situação dos colonos, era necessário inventar um culpado, ou seja, acusar os padres e o Bispo, iludindo os colonos e jogando-os contra a Igreja”.
(O OESTÃO, 21 jun. 1978, p. 2)

A posição do CIMI e de Dom José, segundo ainda a matéria do jornal “O Oestão”, citada acima, “encontrou resistência no então prefeito (de Xanxerê) Sadi Marinho, do então presidente da Arena de Xanxerê, Rovilho Bortoluzzi, e do presidente do sindicato (dos trabalhadores rurais – Rosito Miglioranza)” (Idem).

Mesmo em meio a muita resistência por parte dos posseiros, o CIMI propõe diversos debates para elucidar sua posição e propor um desfecho apaziguador para o assunto e denuncia outros agentes que se utilizam do caso para favorecimento político. Em um “encontro debate” com os colonos, Dom José reafirma a presença e a tentativa de mediação destas figuras políticas em defesa da permanência dos posseiros na área.

[...] Saiu nos jornais ‘158 famílias serão expulsas do posto indígena de Xanxerê’. Então vieram falar comigo o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o presidente da Arena, o prefeito, presidente da Câmara de vereadores e mais uns três representantes de vocês. Daí eu falei que é uma questão de direitos e que vocês também fizessem que nem os índios fossem falar com o órgão encarregado de dar condições de trabalho pra vocês, pra exigir que desse terra para vocês em outro lugar (DOM JOSÉ in HECK, 1976)

Neste embate, ocorre então toda uma tentativa de deslegitimação das ações do CIMI e das posturas do bispo diocesano. Órgãos do Governo Militar, FUNAI e INCRA, representantes políticos estaduais e locais, além do presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, aparecem em diversas citações do CIMI como mandatários e defensores de um embate mais duro entre índios e colonos e da crescente oposição entre as partes. A iniciativa se dava sempre pelo viés da defesa das famílias que seriam despejadas de “suas” terras. Alguns, mais ousados, faziam defesa ferrenha da propriedade privada e da “improdutividade” das terras nas mãos dos indígenas.

Somente na década de 1990 é que os ânimos se acalmam, embora em 1978 uma grande leva de agricultores são retirados da Terra Indígena e migram para o estado do Mato Grosso. Neste cenário Dom José se destaca na liderança da Igreja Diocesana e na defesa dos povos indígenas e dos sem-terra. No ano seguinte, 1979, se torna presidente nacional do CIMI, até o ano de 1983.

O caso do Toldo Chimbangue

Em 1978, além do início de diferentes debates em torno da construção de barragens na bacia do Rio Uruguai e toda a conscientização e organização dos atingidos, a partir da CPT, outra situação que começa a ganhar destaque é o caso do Toldo

Chimbandue¹ em Chapecó. Sua resolução se torna muito mais complexa que a do Toldo Xaçpecó devido seu histórico diferenciado.

Instalaram-se nesta área, principalmente agricultores vindos do Rio Grande do Sul, que seguindo a cartilha da colonização, ignoravam a presença dos indígenas na localidade. Com o avanço da agroindústria e a grande demanda de terras no pós-guerra, houve uma nova tentativa de garantir de vez a tomada das terras do Chimbandue dos indígenas, porém, os colonos estabeleceram algumas “precauções” para a posse “legal” da terra. A tática dos colonos era fazer com que os indígenas perdessem sua “característica indígena” e assim o direito pela terra.

Assim, no ano de 1972 alguns colonos – entre eles, Henrique Sieve – dão aula de alfabetização, pelo mobaral, insistindo na presença dos indígenas. Após algum tempo oferecem-se para “fazer documentos” dos indígenas, obtendo então Registros de Nascimento para a boa parte dos índios maiores, como Antônio da Veiga, Carmelinda Xaves, João Maria da Veiga, Filisbino Vieira e outros.

O passo seguinte foi providenciar os Títulos de Eleitor. Prontos também estes, supunham os agricultores estar apagada a ascendência indígena dos Kaingang. José Capeletti, fiscal da empresa Luce, Rosa & Cia na Linha Pequena (a Oeste do Lamberdor) é que encabeçava o plano de dividir entre os colonos os últimos 100 hectares (cerca de 42 alqueires regionais que estavam livres para os Kaingang (D'ANGELIS, 1984, p. 76).

Com a escritura das terras em mãos, os “proprietários” não queriam mais a presença indígena, a não ser como empregados, pois estes passavam agora a ameaçá-los, com a reivindicação da terra. Afirmavam que em muitos casos eram os próprios índios que vendiam as terras diretamente aos colonos, por um preço insignificante. A partir de 1978, o CIMI passa a fazer um trabalho mais próximo do caso, que vai se tencionando e provocando muitos embates nos anos seguintes.

O jornal “Porantim”, de dezembro de 1983, apresenta uma longa reportagem intitulada “Toldo Chimbandue: A vida em tempo de planta”. O texto traz um histórico da organização dos Kaingang naquela localidade, afirmando que os índios resistem há

¹ Em relação às terras do Chimbandue, especificamente, tem-se registrado que, em 1891 o governo do Paraná concedeu o título de um imóvel denominado “Barra Grande” a José Joaquim de Moraes. Pouco tempo depois, José Joaquim de Moraes vendeu toda essa terra, 61.876.400 m², a um filho da Baronesa de Limeira, de São Paulo. Com a morte deste, e não havendo descendentes, as terras passaram para a mãe. Com a morte da Baronesa de Limeira, os seus herdeiros venderam a terra para Empresa Colonizadora Luce & Rosa e Cia, que a dividiu em lotes rurais ou colônias de 10 alqueires. [...] A empresa Luce & Rosa não fez toda a venda direta aos colonos – uma parte da gleba (15.768.900 m²) foi vendida a Severino e Giocondo Trentin em 1948, e estes passaram a revender aos agricultores (NACKE; BLOEMER, 2007, p. 44).

trinta anos após a invasão dos colonos. Os parágrafos finais apresentam a seguinte redação:

Em 1982, definitivamente, os Kaingang do Toldo Chimbangue resolveram organizar-se para fazer frente às violências. Após alguns anos desorganizados, elegeram novamente um cacique, que nomeou dois auxiliares. Iniciaram as “romarias” aos órgãos ditos competentes e à imprensa. Estiveram com o Juiz da Vara Criminal e Menores de Chapecó. Estiveram na 4ª Delegacia Regional da Funai em Curitiba, por duas vezes, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – seção de Santa Catarina.

Esgotado o prazo que deram a Funai (16-6-1983), os Kaingang promoveram a interpelação judicial do órgão, pedindo razões de sua omissão e que defina prazos para cumprir com suas obrigações de demarcar a terra indígena. Enquanto isso, na área, os Kaingang tratam de liberar áreas para plantio, sem o pagamento de 50 % aos invasores. A situação tem gerado tensões que se estão avultando e podem resultar em conflito mais sério, a persistir a omissão da Funai (PORANTIM, dez 1983, p. 10-11).

O que o jornal previu começa a se intensificar a partir de 1984. Depois de anos de reivindicação e embates entre índios e colonos de Sede Trentin, a investida para um rápido desfecho do caso movimentava ambas as partes em torno da garantia dos direitos que julgavam ter. Os indígenas, apoiados principalmente pelo CIMI, CPT e o bispo diocesano, afirmavam o direito legal da terra, baseados na legislação brasileira e nos registros antigos de presença na área. Por outro lado, os colonos que também reivindicavam o direito de permanência, devido à posse de escrituras, oriundas das compras junto a Empresa Colonizadora Luce & Rosa e Cia e da Família Trentin, eram apoiados principalmente por entidades de classe e políticos da região, além de grande parte da mídia local.

Segundo Alberto Capucci (2002, p. 277)

A ação pastoral da diocese em favor dos indígenas e dos agricultores que ocupavam aquelas terras feriu interesses e desagradou alguns setores da sociedade chapecoense. A reação desses setores corporificou-se numa campanha difamatória contra Dom José Gomes, taxando-o de defensor dos índios em prejuízo dos agricultores [...].

Em 1984, Dom José já havia sido presidente nacional do CIMI (1979-1983) e assumido, então, a presidência nacional da CPT (1984-1987). Com esses cargos participava de debates sobre demarcações de terras indígenas e assentamentos de sem-terra por todo o Brasil. Não raras às vezes, encontramos nos jornais da época

pronunciamentos do bispo a respeito de algum caso específico, ou sobre a questão fundiária no país. Neste período, ocorrem também uma série de publicações na imprensa chapecoense sobre o caso do Toldo Chimbangue. Essa notoriedade do caso se deu em grande medida depois que os colonos, com medo de uma decisão contrária à sua permanência em Sede Trentin, e diante do prazo estabelecido pelos indígenas para a sua saída das terras, até 05 de agosto de 1984, organizam uma passeata pelas ruas de Chapecó, para divulgar sua situação e sensibilizar a comunidade. A passeata ocorreu no dia 27 de julho de 1984 e reuniu mais de mil pessoas que protestavam contra os indígenas e as posturas de Dom José Gomes e da Igreja Diocesana.

O jornal “Diário da Manhã” que já havia anunciado a passeata e seus motivos no dia anterior, após relatar como os colonos se organizaram e caminharam pelas ruas relata:

Logo depois, concentraram-se em frente à Matriz Santo Antônio, onde houve vários pronunciamentos condenando o Bispo D. José Gomes. Entre os oradores, políticos como Ilário Lago, líder da bancada do PMDB na Câmara, Alan Serrano suplente de deputado, Nelson Locatelli, vice-prefeito, e também, vários representantes da comunidade, como dos grupos de jovens, clubes de mães e o agricultor Alberto Cieve em nome dos colonos. Disse que a terra é dos agricultores e eles têm documentos legítimos há mais de 60 anos. Entre os que acompanhavam os debates, estavam Severino Trentin e a esposa Gioconda Trentin, Maria Rosa Trentin, “D. Gina”, como é mais conhecida, os primeiros a adquirirem as terras, segundo o que afirmaram, cumprindo os procedimentos legais, no início do século – 1919. Também condenaram o Bispo por estar incitando os índios (DIÁRIO DA MANHÃ, 28 jul. 1984, p. 8).

Os pronunciamentos foram taxativos em afirmar que era o bispo e os líderes do CIMI e da CPT, que incitavam os indígenas na luta pela terra. Para reforçar a tese de direito a permanência na terra e de que eram as lideranças da Igreja que influenciavam as posturas dos indígenas, ocorreu o argumento de que antes da interferência dos mesmos neste caso, colonos e indígenas viviam pacificamente na localidade. Muitas faixas com estes posicionamentos foram confeccionadas e apresentadas na passeata. Na carta aberta, distribuída a população durante a atividade, há a menção a pessoas que estavam incitando os índios a revoltarem-se, cuja mesma matéria, citada acima, as identifica como os líderes da CPT, “José Fritsch e o padre Ivo Oro” (idem). No mesmo

documento, os colonos afirmam que esse “‘problema é muito sério’ e que ‘os culpados devem ser punidos’” (CAPUCCI, 2002, p. 279).

Com o ocorrido, a CPT diocesana organiza um documento interno intitulado “Resumo da passeata realizada pela sociedade de Sede Trentin aos 27.07.84”. No documento, que se encontra no arquivo do Secretariado Diocesano de Pastoral, percebe-se um relato e a identificação dos agentes que estiveram no ato. O resumo também traz em anexo uma compilação das frases utilizadas em faixas, onde, dentre tantas, destacamos as seguintes:

‘Os índios não são culpados, estão sendo usados’; ‘Quem merece: 300 que trabalham ou 2 que dormem?’; ‘Nós compramos terras registradas’; ‘O Bispo não é daqui. Que leve os índios para sua fazenda no Rio Grande’; ‘Existem pessoas que pregam a justiça, mas praticam a injustiça’; ‘Quem sustenta a Igreja, os brancos ou os índios?’; ‘Até ontem nós e os índios vivíamos em paz, depois chegou o Bispo’; ‘CPT – Manda invadir terras’; ‘Na Funai esta área indígena não existe. Ela foi e sempre será nossa’. ‘CIMI quer latifúndios improdutivos’ (CPT, 1984).

Ainda no documento há o registro dos “slogans” gritados durante a passeata: “Porque o povo está nervoso, porque o Bispo é mentiroso” e “É hora, é hora, do Bispo ir embora” (Idem). Ainda em anexo ao Resumo, encontramos os panfletos distribuídos pelos colonos que traziam as seguintes frases:

Chega de corrupção! Os trabalhadores de Sede Trentin, Legítimos Proprietários das Terras, pedem que saiam de Chapecó os agitadores; Já é hora de proporcionar tranquilidade a quem Trabalha e produz alimentos; Fora com os instigadores da discórdia Social (Ibdem).

A CPT demonstrava ter uma grande organização e uma postura muito minuciosa diante dos acontecimentos. Dias após a passeata ela também publica uma carta de esclarecimento defendendo o bispo e seus líderes das acusações, bem como, se colocando à disposição para diálogo com os colonos. Mas não só ela se organiza diante do ocorrido. Diversas moções de apoio ao bispo e as lideranças citadas aparecem. No arquivo diocesano é possível encontrar muitas delas, sendo que algumas foram publicadas em jornais locais, como a assinada por 18 paróquias da diocese e outra assinada pelo clero diocesano.

O posicionamento da classe política de Chapecó era quase unânime. Diferentes autoridades, além do prefeito de Chapecó e vereadores, se manifestaram sobre o caso, em defesa da permanência dos agricultores na área e a saída dos indígenas, como o então Secretário dos Negócios do Oeste, Henrique Deiss e o deputado estadual Dércio Knop, do PMDB, conforme pode ser verificado na capa do jornal “Diário da Manhã”, de 02 de agosto de 1984. Os pronunciamentos, embora nem todos reafirmassem diretamente a tese de incitação dos indígenas pelo bispo e pelos agentes da CPT e do CIMI, deixavam nítido que os indígenas não mereciam ficar naquele local, pois os colonos possuíam escrituras e produziam.

Nos dias 30 e 31 de julho desse mesmo ano, o clima de tensão por parte dos colonos se agrava, visto que a FUNAI publica duas portarias. A primeira do dia 30, de número 1674, que determina o deslocamento para a área indígena de alguns de seus servidores e de especialistas na área, em vista de “procederem os estudos visando a definição do limite da terra indígena [...], bem como o respectivo levantamento fundiário” (BRASIL, 30 jul. 1984). Já a segunda portaria, do dia seguinte, estabelece os limites aproximados onde serão feitos os estudos para a delimitação da área indígena. O prazo estipulado para a conclusão do trabalho é de 10 (dez) dias a contar do dia 02 de agosto (Idem).

A situação no local começa a ficar ainda mais alarmante quando no dia 14 de agosto, os colonos de Sede Trentin armam uma barreira “na localidade visando impedir a entrada de qualquer pessoa que tenha ligação com os índios o que vale dizer, contra o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) até agora o órgão mais acusado de incitamento aos indígenas” (DIÁRIO DA MANHÃ, 15 ago. 1984). O deputado estadual Hugo Mathias Biehl (PSD) encaminha um pedido para a revogação da Portaria que estabelece 137 hectares para os indígenas. Conforme o deputado “dizer que os agricultores não têm direito sobre aquela terra equivale a dizer que todas as escrituras públicas de aquisição de compra de terras, no Oeste também podem ser questionadas mais tarde” (DIÁRIO DA MANHÃ, 16 ago. 1984).

As indefinições e inoperância dos órgãos do governo, responsáveis pelo caso, passam a serem criticadas por ambas as partes. As acusações à Dom José e às lideranças do CIMI e da CPT, também se intensificam cada vez mais. O clima de instabilidade e

indecisão deixa Sede Trentin em situação mais tensa. Em outubro de 1984, Wilmar D'Angelis, um dos agentes do CIMI, sofreu tentativa de homicídio na localidade acompanhado de mulher e filhos.

O atentado a tiros e pedradas, só não teve êxito porque a Toyota da Funai, que trafegava pela mesma via, na dianteira do automóvel – um Volkswagen – barrou a passagem dos agressores. Os autores da emboscada não foram identificados por Wilmar de Angelis, que saiu ileso, mas o bispo de Chapecó, dom José Gomes, que convocou uma entrevista coletiva ontem de manhã para explicar o acontecimento e repudiar a violência, afirmou que a emboscada “foi preparada mesmo para chacina, porque além daqueles que estavam nas imediações da casa de Pedro Marcon (agricultor da localidade), havia mais adiante outros grupos, que atiraram pedras”. O bispo também informou que vários índios que estavam na Toyota da Funai reconheceram alguns colonos “e sabem o nome de vários deles”.

Dom José confirmou também que o padre Adayr Tedesco recebeu ontem de manhã ameaças por telefone (A NOTÍCIA, 18 out. 1984).

O ano de 1985 traz um cenário de disputas ainda maior. Dom José passa a receber também ameaças de morte. Em entrevista ao jornal de Santa Catarina de 6 e 7 de outubro de 1985, o bispo explica a situação afirmando que o “Evangelho implica risco de vida”. Faz um panorama geral da situação por que passou a comunidade de Sede Trentin nos últimos anos e não se coloca contra os colonos e em defesa dos índios e sim afirma que atua na defesa da justiça para ambos. Depois de constantes pronunciamentos de diversos agentes políticos, dos agricultores, de representantes dos órgãos federais responsáveis pelo caso, dos representantes da Igreja, de indígenas e agricultores, sem que se chegasse há uma decisão final sobre a situação, a situação se agrava.

Uma possível decisão em favor dos indígenas é anunciada pelo prefeito de Chapecó, Ledônio Migliorini - publicada no dia 18 de setembro no jornal Diário da Manhã - que esteve em reunião com o presidente da República, juntamente com o então Governador do estado de Santa Catarina, Esperidião Amin. Segundo o prefeito a decisão favorável à permanência dos indígenas e ao reassentamento dos colonos, seria oficializada se não fosse a sua intervenção, afirmando que lavava as mãos, diante do que poderia acontecer a partir dessa decisão.

Sem demora, os colonos de Sede Trentin organizam nova passeata pelas ruas de Chapecó. Dessa vez trazem muito mais apoio, chegando até a montarem um comitê

suprapartidário reunindo diversas lideranças políticas locais e estaduais. Os partidos que encabeçavam o comitê de apoio aos colonos eram o PMDB e PDS, que afirmavam que a passeata seria para resgatar a verdadeira imagem do caso diante do Governo Federal. O movimento, além de outras entidades, ainda contava com apoio da OAB, subseção local e da Associação Médica Regional (DIÁRIO DA MANHÃ, 20 set. 1984). Segundo o comitê, a passeata tinha previsão de reunir 30 mil pessoas em defesa da permanência dos colonos, embora segundo pesquisa feita pela Rádio Chapecó, 80% dos colonos já estariam dispostos a deixarem o local (DIÁRIO DA MANHÃ, 21 e 22 set. 1984).

Nesses dias que antecederam a passeata, diversos acontecimentos movimentaram o caso. Pelo estado de Santa Catarina, especialmente em Florianópolis e Joinville, diversas lideranças favoráveis à demarcação da terra indígena e do reassentamento dos colonos, iniciaram greve de fome. Em Chapecó alguns colonos de Sede Trentin, também iniciaram uma greve de fome exigindo uma rápida solução do caso. Ainda em Chapecó a “Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó não conseguiu unanimidade para a sua proposta de mobilização dos agricultores”. Alguns delegados sindicais, contrários à participação na passeata manifestaram alguns motivos para a decisão alegando que a passeata não era um ato de defesa dos colonos e sim de defesa dos interesses de políticos, pois os mesmos não defenderam outras causas dos agricultores como no caso dos atingidos por barragens, por exemplo.

Segundo novo documento interno elaborado pela CPT sobre a passeata:

Depois de muita propaganda e até pressões, o poder político e econômico de Chapecó realizou mais uma passeata. Pretendiam seus mentores reunir mais de 30 mil pessoas para, segundo afirmavam, apoiar os colonos de Sede Trentin e pressionar o governo para uma decisão favorável a eles. A Cooperalfa de Chapecó patrocinou linhas especiais de ônibus em muitas localidades para conduzir o maior número possível de pessoas à passeata. Outras cooperativas, em outros municípios, fizeram o mesmo. (CAPUCCI, 2002, p. 279-280).

Infelizmente no arquivo da Biblioteca Pública Municipal de Chapecó, o único jornal que falta do mês de setembro de 1985, é o da segunda-feira, dia 23, que provavelmente relataria a passeata do sábado, bem como, a passeata do domingo, da Pastoral da Juventude da Diocese de Chapecó, que comemorava o Ano Internacional da

Juventude e aproveitou a comemoração, diante do contexto de hostilização e ridicularização da figura do bispo, para sair às ruas em sua defesa e na defesa das posições tomadas pela Igreja Diocesana diante do caso. Não encontramos o exemplar em nenhum arquivo pesquisado. Segundo Capucci (2002), foram 5 mil pessoas no sábado e 30 mil pessoas no domingo.

Novamente moções do Brasil inteiro começam a chegar à Diocese de Chapecó em defesa do bispo diocesano e das posições do CIMI e da CPT. Cartas, telegramas, telefonemas demonstrando carinho e respeito a Dom José. Mas, ao mesmo tempo em que recebe apoio,

[...] as manifestações de protestos, as ameaças também se tornavam constantes na vida do bispo. Políticos e empresários viram na questão dos índios uma possibilidade de afastar Dom José da direção da diocese, pois se sentiam ameaçados pela influência e pelo poder do líder (GOBBO, 2002, p. 111).

No dia 23 de setembro de 1985, a Câmara Municipal de Vereadores de Chapecó aprovou uma moção solicitando à Nunciatura Apostólica e à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) a transferência de Dom José, “para uma região distante de Chapecó”. O motivo alegado pelos vereadores era pela própria segurança do bispo, visto que esse “vem sofrendo ameaças de morte por telefone” (DIÁRIO DA MANHÃ, 24 set 1985). O fato gerou revolta aos apoiadores de Dom José, que dessa vez encheram as mesas da Câmara de Vereadores com moções de repúdio a ação dos vereadores.

Dom Luciano Mendes, então Secretário Geral da CNBB, responde a Câmara de Chapecó. O texto foi anexado a uma carta elaborada pelo Conselho Diocesano de Pastoral, que faz a defesa do bispo Dom José. O documento, encontrado no arquivo diocesano, tem como título: “Carta ao povo de Deus da Diocese de Chapecó”. A resposta de Dom Luciano é a seguinte:

Acabo de receber telex de Vossa Senhoria preocupado com a segurança do bispo de Chapecó. Agradeço solicitude de Vossa Senhoria. Confio que o caráter pacífico, ordeiro, do povo chapecoense, saberá, com a diligência do poder legislativo, defender, contra pessoas de outras plagas, a integridade de seu dedicado pastor, cujo dever sagrado eclesial obriga a permanecer firme na sua diocese sem cogitar transferência. Aprovamos a atuação de Dom José Gomes em prol dos direitos adquiridos das famílias dos colonos, assim como o adequado respeito à Constituição Brasileira salvaguardando terras

indígenas. Deus abençoe povo chapecoense. Saúdo Vossa Senhoria em nome do Presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheither (CONSELHO DIOCESANO, 26 set 1985).

Contudo, mesmo dentre tantos posicionamentos contrários à atuação do bispo e de agentes de pastoral, a partir da Teologia da Libertação, Dom José permanece na Diocese até sua morte em 2002. Ao final de mês de setembro, a FUNAI destina aos índios, do Toldo Chimbanguê, 912 hectares de terra, considerado o mínimo admissível pelos defensores da demarcação. Alguns colonos foram indenizados. O clima de tensão permaneceu e muitos posicionamentos contrários, ameaças aos líderes do CIMI e da CPT e a Dom José também, conforme podem ser observadas nos jornais locais, nas datas seguintes às manifestações e as decisões, bem como em outros trabalhos realizados sobre o caso.

Considerações Finais

Dom José sem dúvidas foi uma figura precisa para o desenrolar da criação e fortalecimento dos movimentos sociais no oeste catarinense. Suas posturas e posicionamentos levam um grande número de lideranças a se envolverem de forma mais ativa na vida da Igreja. Nos casos do Toldo Xaçepó e Toldo Chimbanguê o bispo mantém postura de defesa dos direitos dos indígenas e também do justo encaminhamento e reassentamento dos posseiros. Essas posturas, porém, são deslegitimadas e contrariadas por diferentes agentes que defendiam a permanência dos colonos nas terras.

O bispo sofre diferentes ameaças ao mesmo tempo em que também recebe apoio de muitas lideranças. Assim, Dom José se consolida em nível nacional como uma liderança de defesa dos direitos dos indígenas e dos sem-terra vindo a assumir a presidência nacional do CIMI e da CPT respectivamente entre os anos de 1979 e 1987. Os conflitos sociais na região oeste catarinense, especialmente envolvendo a questão agrária tem a íntima participação do bispo e dos agentes de pastoral da Igreja Católica a partir da consolidação do modelo pastoral ligado a Teologia da Libertação.

Referencias

80 por cento dispostos a deixarem Sede Trentin. *Jornal Diário da Manhã*. Chapecó, 21 e 22 set. 1985, p. 1.

AGENTES de Pastoral emboscados por colonos. *Jornal A Notícia*. Florianópolis. 18 out. 1984. Polícia, p. 6.

AGRICULTORES se desentendem. *Jornal Diário da Manhã*. Chapecó, 21 e 22 set. 1985, p. 18.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. Portaria nº 1674 de 30 de julho de 1984.

CAPUCCI, Alberto. Guerreiro José, Semeador de Esperança e Coragem. In: UCZAI, Pedro (Org.). *Dom José Gomes: Mestre e Aprendiz do Povo*. Chapecó: Argos, 2002.

COLONOS divulgam carta aberta. *Jornal Diário da Manhã*. Chapecó, 28 jul. 1984, p. 8.

CONSELHO DIOCESANO DE PASTORAL. *Carta ao povo de Deus da Diocese de Chapecó*. Chapecó. 26 set. 1985. Cópia no arquivo do Secretariado Diocesano de Pastoral. Av. Getúlio Vargas, 121S, Chapecó-SC.

CPT. *Resumos da passeata realizada pela sociedade de Sede Trentin aos 27.07.84*. Chapecó. Cópia no arquivo do Secretariado Diocesano de Pastoral. Av. Getúlio Vargas, 121S, Chapecó-SC.

CRESCER tensão entre colonos e índios na Sede Trentin. *Jornal Diário da Manhã*. Chapecó, 15 ago. 1984, p. 8.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Toldo Chimbangue: História e Luta Kaingang em Santa Catarina*. Xanxerê: CIMI-SUL, 1984.

DEISS preocupado com os colonos. *Jornal Diário da Manhã*. Chapecó, 02 ago. 1984, p. 1.

E agora?. *O Oeste*. Chapecó. 21 jun. 1978, p. 2.

GOBBO, André. *Dom José Gomes: escudo dos oprimidos*. São Paulo: Paulinas, 2002.

HECK, Egon Dionísio. Encontro-debate de D. José, bispo de Chapecó com os intrusos do Posto Indígena Xapecó. Relatório. Samburá: 1976. In: BRIGHENTI, Clovis Antonio; NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. *Dom José Gomes e as Terras Indígenas: análise de uma experiência de intervenção em políticas públicas*. Cadernos do CEOM – Ano 22, n. 30.

JORNAL PORANTIM. *Toldo Chimbangue: A vida em tempo de planta*. ???, dez. 1983, p. 10-11.

NACKE, Aneliese; BLOEMER, Neusa Maria Sens. As áreas indígenas Kaingang no oeste catarinense. In: NACKE, Analise (et al). *Os Kaingang no Oeste Catarinense: Tradição e atualidade*. Chapecó: Argos, 2007.

PASSEATA quer destruir falsa imagem. *Jornal Diário da Manhã*. Chapecó, 20 set. 1985, p. 1.

PORTARIA que provocou agricultores não é necessária. *Jornal Diário da Manhã*. Chapecó, 16 ago. 1984, p. 8.

VEREADORES querem D. José longe de Chapecó para segurança dele. *Jornal Diário da Manhã*. Chapecó, 24 set. 1985, p. 1.